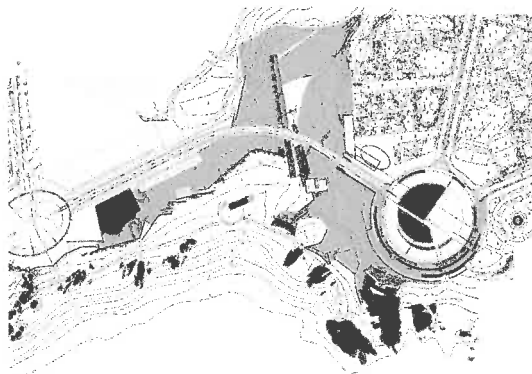


Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura



A Revista CEDOUA assume uma incontornável cumplicidade com os grandes acontecimentos culturais que tenham como referente o Urbanismo, o Ambiente, e o Património... Tínhamos curiosidade em conhecer o projecto Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura. Fomos ver. Vamos registar.

A. Antecedentes e objectivos

1. Nos anos 60, pelo Plano Urbano de Robert Auzelle, com o intuito de preservar para uso colectivo dos cidadãos os terrenos do vale geológico de mangas que, entre as colinas de Nevogilde, a seguir à urbanização da Avenida da Boavista, tinham ficado sem uso imediato e sem contacto directo com as extensões parcelares de Matosinhos, foi estabelecido o Parque da Cidade do Porto. A disponibilidade desses terrenos foi determinante para imaginar uma ampla reserva de espaço livre que pudesse servir no futuro para o lazer dos moradores da área, e para uma fronteira verde de interrupção da fábrica urbana entre o Porto e Matosinhos.

2. Vê-se hoje que a ideia do Parque como grande pulmão verde dentro da aglomeração metropolitana se enfatiza devido à sua localização quase tangencial à costa atlântica, o que supõe uma oportunidade excepcional de contacto entre o “verde” e o “azul”, entre a tranquilidade do parque interior e o grande espaço aberto marítimo, com os seus horizontes infinitos, as suas agitações climáticas e o seu uso de carácter mais dinâmico.

3. Este projecto refere-se à remodelação da Frente Marítima do Parque da Cidade do Porto. Os seus objectivos centram-se em obter uma continuidade fluida entre o interior do Parque à beira-mar, na definição do tipo da fachada que a cidade há-de oferecer entre as Praças Gonçalves Zarco e Cidade do Salvador. Fachada importante, tanto no seu lado marítimo como na sua frente interior, virada para o Parque. A solução dada à viabilidade será um elemento importante desta fachada, para que a circulação marginal, necessária, não seja obstáculo a este contacto. Tão importante como esta é a continuidade dos itinerários peatonais que permitam aos que passeiam e aos desportistas desfrutar da sequência de lugares ao longo da frente da cidade e em continuidade com a de Matosinhos, e também como ponte de acesso dos visitantes do parque, desde ou para a praia e a cidade.

4. Partindo deste objectivo e respondendo ao pedido do Vereador do Urbanismo da Câmara Municipal do Porto, elaborou-se uma proposta, apresentada em Outubro de 1998, na qual se modificava substancialmente o terrapleno que configura a base actual da esplanada de Rio de Janeiro, principal barreira entre o Parque da Cidade e o mar, e se estabelecia um novo traçado viário em viaduto que permitisse uma ampla continuidade de elementos naturais de vegetação, água e pavimentos pétreos, em continuidade com o parque, que passa então por debaixo de tal estrutura. Esta seguiria um traçado, às mesmas cotas das actuais, muito para trás em relação à actual linha do mar, permitindo a formação de um amplo espaço lúdico, de praia e diversão, onde efectivamente o parque verde entra em contacto aberto com o oceano.

5. O projecto em causa, de requalificação da Frente Marítima da Cidade do Porto, passou a ser executado no âmbito da intervenção urbana associada ao evento “Porto – Capital Europeia da Cultura 2001” e constitui uma oportunidade de criar um novo espaço na cidade do Porto, onde se estabeleça uma franca relação com o Atlântico e, simultaneamente, com a área verde mais procurada e acarinhada pelos portuenses. Com o aparecimento do Programa Polis, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2000 (*Diário da República*, I Série-A, n.º 112, de 15/5/2000), surgiu a hipótese de alargar o âmbito da intervenção, prolongando-a para Sul, à zona situada entre a Avenida de Montevideu e a costa, até ao Molhe. A gestão do programa não foi atribuída a qualquer sociedade gestora criada expressamente para o efeito, como sucede em regra, antes foi atribuída à sociedade “Porto 2001, S.A.”, constituída pelo Decreto-Lei n.º 418-B/98, de 31 de Dezembro, que tem por objecto a concepção, planeamento, promoção, execução e exploração de todas as acções que integram o evento “Porto – Capital Europeia da Cultura 2001”, ou as que com ela se relacionam no âmbito da requalificação urbana (artigo 3.º).

B. Justificação paisagística

6. A compreensão e a recompreensão da paisagem é, verdadeiramente, a origem e a substância deste projecto. A convicção de que a forma da geografia urbana é a razão mais importante para configurar um espaço livre e de que neste lugar concorrem circunstâncias topográficas e paisagísticas específicas conduziu metodologicamente o progresso da ideia e a definição sucessiva dos seus elementos.

7. Por um lado, o projecto parte do reconhecimento paisagístico da força do Vale das Galinheiras, que, abrigando-se no morro do Queijo, formava, de Este a Oeste, a ladeira que deu lugar ao eixo



urbano da Boavista, o traçado urbano mais poderoso da região do Porto. A cartografia antiga e os planos geológicos são a prova da obstrução morfológica que sobre esta formação natural produziu o terrapleno formado pela Companhia de Carris de Ferro do Porto em 1880, para que as suas linhas chegassem até Matosinhos, e, mais tarde, a partir de 1890, a progressiva construção da Esplanada do Rio de Janeiro, aumentando o terrapleno em largura e altura e forçando uma frente vertical de difícil estabilização sobre a linha litoral.

8. Por outro lado, a escala da frente marítima tem de pôr em relação o marco proeminente que o Castelo do Queijo estabeleceu com a larga fachada cidadã configurada desde a frente de Matosinhos, tendo como pano de fundo a linha da costa e de praia. A unidade da banda de praia como forma paisagística reconhece-se assim como decisão básica do projecto.

9. A maior dificuldade, mas do maior interesse, é articular a forma natural do interior do parque com a frente litoral. A proposta é estabelecer uma transição entre as superfícies verdes e as rochas e a areia, através de uma colina estabelecida pelas margens do vale, e que se reforça com a horizontalidade do viaduto. Um novo lado, que se junta aos já existentes no parque, e um passeio público formal que desce até à praia como uma sequência progressiva da seca ao húmido e do fechado ao aberto.

10. É a pendente natural do solo que permite entender esta descida do parque até à praia como uma proposta lógica. Com efeito, desde a cota +12.00 do caminho existente, mais inferior do parque, desce-se regularmente até à cota +5.50, nos limites da praia,

recuperando uma unidade paisagística perfeitamente natural. A descida média de 2% assegura a comodidade do passeio e o seu atractivo visual.

11. O viaduto, proposto como uma louza de duas asas de betão branco sobre um único pilar assimétrico, tem como resultado definir uma fita horizontal de 0,20 m de canto frontal, num comprimento de quase 150 m, o que estabiliza as suas proporções e permite a visibilidade superior e inferior para a água e para o céu. A separação de 30 m entre os seus pilares levará a uma presença muito diáfana sobre o solo e será um convite a atravessá-lo.

12. A valorização da mole do Castelo do Queijo levou a propor uma melhor exposição paisagística, através do rebaixamento das terras sobrepostas no seu flanco Norte e do desligamento da sua estrutura da praça. A ênfase numa visão panorâmica, mesmo cenográfica, desde a esplanada e a praia, constitui outra das hipóteses paisagísticas importantes na justificação da proposta presente.

C. O projecto

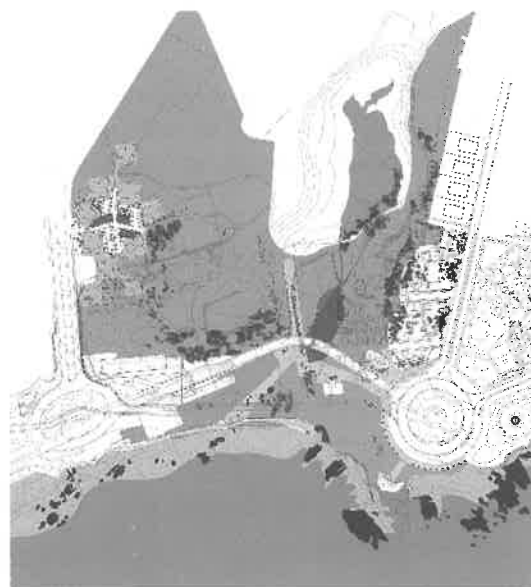
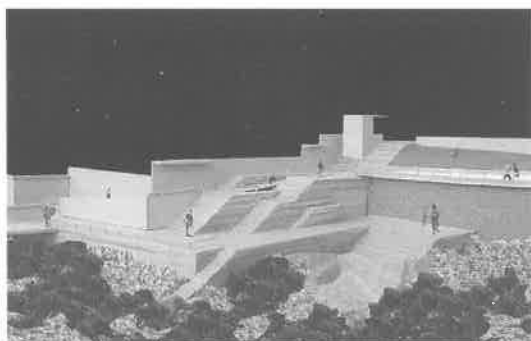
13. Estas ideias foram concretizadas em 30 de Abril de 1999 com a apresentação do Estudo Básico à Porto 2001, S.A., no qual as questões problemáticas do projecto se podiam julgar com suficiente definição. A partir destas, e desenvolvendo-as, apresentou-se o prévio Anteprojecto em Julho de 1999 e o presente Projecto Executivo, que precisa as características geométricas, funcionais, estruturais e estéticas da ideia proposta, assim como a definição dos elementos que compõem as diferentes partes da obra.

a) Praça Gonçalves Zarco e parque de estacionamento

14. A Praça Gonçalves Zarco remodela-se mudando as proporções das suas superfícies, mas mantendo o domínio das formas circulares como imagem característica deste espaço urbano. O rebaixamento do terrapleno actual do seu lado Norte, da cota +8.90 aprox. até +6.50, reforça volumetricamente a praça. Ao mesmo tempo, a zona viária reduz-se, variavelmente entre 15 e 20 m de largura, mais do que suficiente para os diferentes movimentos. Assim, crescem os passeios, marcando-se mais claramente a diferença de carácter entre a metade Este da Praça (do lado da Avenida da Boavista) e a metade Oeste (do lado do Castelo do Queijo).

15. O círculo interior da Praça dispõe-se em sectores circulares de natureza distinta (pedra, relva, jardim, paralelo), permitindo um nivelamento helicoidal que aloja uma rampa a céu aberto, para descer até ao parque de estacionamento. Esta configuração deixa no centro da praça o monumento equestre a D. João, que passa a ser sustentado por um peanha de maior esbelteza, apoiando-se no solo do parque de estacionamento. Este nível aparece como verdadeiro nível de chão do local, já que, desde os distintos pontos de vista, é visível como cota inferior de referência. A transparência lateral para o interior do parque de estacionamento relaciona-o directamente com o espaço interior, conseguindo-se assim uma maior sensação de comodidade e conforto do que com qualquer solução enterrada e escura.

16. Desde o nível do parque de estacionamento (+5.80) abre-se um túnel rectilíneo para acesso directo de peões às rochas e ao passeio a Sul do Castelo do Queijo. Esta obra singular aumentará a



curiosidade e a atracção ao uso destes espaços, e dá coesão ao projecto entendido como sistema de conexões entre as distintas zonas do mesmo.

17. O passeio Oeste da Praça é tratado de forma a acompanhar a vegetação dos jardins da Avenida do Brasil, prolongando as oportunidades de passeio e criando um balcão panorâmico sobre a nova praia e sobre os seus equipamentos. Ao mesmo tempo, o passeio circular (que atinge no seu ponto máximo até 25 m de largura) desdobra-se numa rampa descendente (largura 10 m) e num anfiteatro intermédio (largura de 5 m), que descompõem em bandas horizontais o suporte das terras da praça e permitem uma experiência visual variada nos percursos.

18. O estacionamento subterrâneo debaixo da Praça Gonçalves Zarco, de 30 m de largura, dispõe em 3 zonas de 230 m de longitude, alinhadas na direcção do eixo de acesso da Avenida Rio de Janeiro. A sua estrutura é um prolongamento da estrutura do viaduto sobre o Parque, a qual se amplia na sua ala Este 30 m. Tem uma capacidade para 280 lugares, com duas rampas de entrada e outras duas saídas de veículos. Os peões têm, mesmo assim, rampas de acesso à Avenida do Brasil, escadas para o passeio da Avenida da Boavista e saídas ao nível da praça interior das rochas do Castelo do Queijo, da praia e dos passeios do Parque da Cidade. O parque de estacionamento está aberto, na sua parte lateral Oeste, pelo que a ventilação directa está assegurada.

19. O sector noroeste da Praça é ordenado pela ocupação de parte das velhas construções (parcelas 1 a 7, 11 e 12), que terão de ser deslocadas. Propõe-se um edifício de volumetria mista que reforce o

valor angular no arranque da Avenida Rio de Janeiro e responda às vistas que, desde a mesma e desde o Parque, poderiam aparecer sobre as traseiras actuais. É um edifício de 7.200 m² de superfície construída, escalonado em superfícies variáveis de 2 a 4 pisos. Este edifício destina-se a um equipamento desportivo ou cultural com referências ao carácter marítimo da zona: um museu de Ciências geológicas, marítimas ou navais; um centro de helioterapia e ginástica; um centro de formação sobre o meio ambiente, etc.

20. Na esquina da Avenida Rio de Janeiro propõe-se a construção de um pequeno quiosque (jornais, doces, bebidas) que sirva de transição entre o amplo espaço da praça e a estrutura do viaduto. Será o arranque de uma escada directa com a praia que, para além de alojar os serviços de vestíbulo do parque e do estacionamento, também comporta um elevador, o qual une os dois níveis, Praça e estacionamento. A superfície em planta é de 50 m, aproximadamente.

b) Avenida Rio de Janeiro e Praça Cidade do Salvador

21. O novo traçado da Avenida Rio de Janeiro dispõe-se com um tramo de viaduto em arco de amplo raio (175 m no sector central), de uma largura de 16 m (13 m para estrada 2+2 carris com eléctrico partilhado nos carris laterais) e passeio-balcão para peões no lado do mar. Não existe passeio do lado do parque.

22. A estrutura é de betão branco, pintada de azul claro na metade inferior do lado do mar e nos pilares. No lado do Parque, a própria estrutura resolve em betão a protecção lateral enquanto que, no balcão sobre a praia, a varanda é transparente de balaustradas de aço pintado, igual à usada noutras zonas do projecto.

23. A iluminação resolve-se com barras de fluorescente encastradas nos braços metálicos que, em cada 20 m, sustentam também as calhas do eléctrico. Os postes verticais são de betão, iguais aos da Praça Gonçalves Zarco.

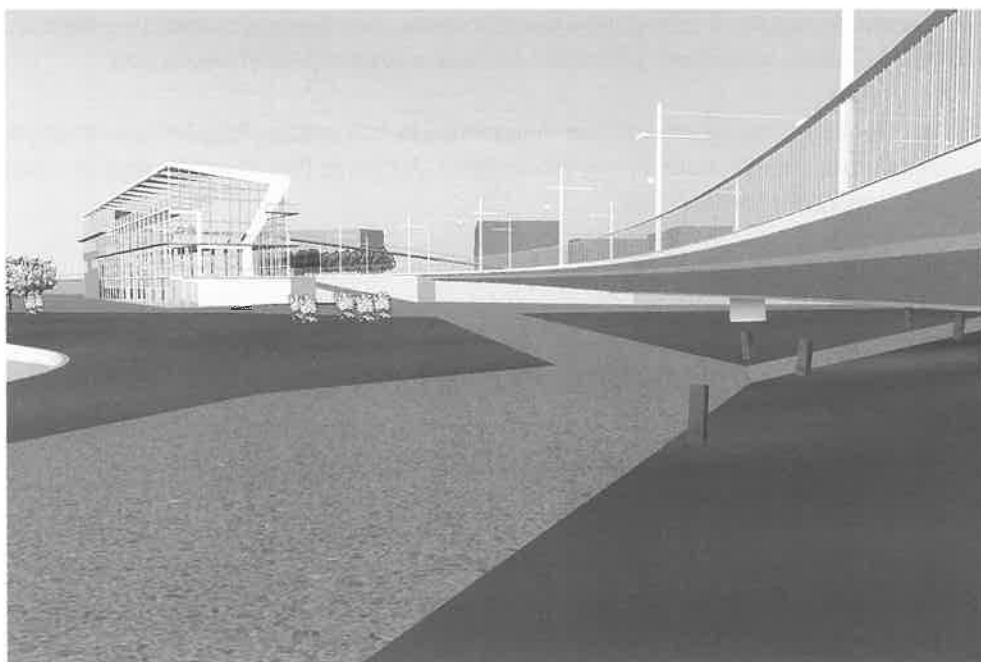
24. No tramo que está em frente ao edifício “Transparente”, a rua enriquece-se com partes laterais para estacionamento e com arvoredo nos separadores.

25. A Praça Cidade do Salvador resolve-se a partir da base do traçado elíptico preexistente, com uma proposta de uma ilha central alojando o serviço da gasolinera actual.

c) Frente Parque e Praia

26. A continuidade do Parque até ao mar estabelece-se aproveitando os elementos naturais existentes: o percurso do ribeiro e o talude com arbustos alinhados na sua margem direita. Sobre estes elementos propõe-se a criação de um novo estanque de 4.325 m² à cota + 6.10 e um passeio descendente ao lado do arvoredo, estendendo-se 190 m. Ambos os elementos criam uma directriz visual que orienta o visitante em direcção à praia e, ao mesmo tempo, concretiza a topografia do fundo do vale.

27. Na margem esquerda deste vale, o lado configura-se com relva e vegetação baixa até se integrar com a nova edificação proposta para a cabeceira da Avenida Rio de Janeiro. Um itinerário percorre



esta margem na direcção Este-Oeste, até se encontrar com as rampas da Praça Gonçalves Zarco, o caminho de rochas do Castelo do Queijo e, em primeiro plano, o edifício CLIP, reabilitado para uso como balneário.

28. O passeio-rambla tem uma pendente 1,8%, entre as cotas +8.15 e +5.40. Propõe-se a sua construção em pedra granítica, com um banco de betão e iluminação própria (fibra óptica). Cruza-se com os múltiplos itinerários da zona da praia e o seu remate visual são os elementos de Arqueologia Infra-estrutural reabilitados na praia.

29. Estes são dois fragmentos de cantaria de qualidade, da antiga condução de esgotos, que, pela sua presença tectónica entre as rochas, podem dar riqueza paisagística ao lugar. Reestruturam-se compondo-os com rampas e escadas de betão e com a utilização de novos blocos de pedra, formando pontos singulares para diversão e panorâmica, acessíveis às crianças.

30. Quanto ao edifício CLIP, propõe-se que seja reutilizado como balneário e zona pública para merenda, com cabinas, duches e serviços que acompanhem a utilização familiar da praia. Entende-se que certas obras de reestruturação devam modificar a imagem do edifício, pelo menos no que diz respeito à fachada que se vira para a Praça e a Avenida.

31. Na superfície da praia, propõe-se a construção de duas franjas de obstáculos às ondas: novas rochas graníticas (de pedreira ou de litorais próximos) e muros de defesa até à altura definida pelos estudos marítimos. Ambas as operações definirão fortemente a imagem paisagística do navo litoral, como espaço intermitente e naturalístico, híbrido entre a praia e o parque. Também se propõe uma plataforma singular, nivelada e dura, como lugar de cenário, jogo e repouso.

32. A superfície superior é definida por muros de defesa, com pavimentos asfálticos e madeiras, servindo de passeio, assim como de extensão das mesas e guarda-sóis dos bares da praia.

33. A todo o nível da praia a iluminação será ténue e indirecta, indicando apenas as linhas de itinerários principais, assim como os muros limites característicos. Apenas na pista situada na praia se coloca um poste suportando diversos focos.

d) Edifício “Transparente”

34. Trata-se de um edifício de 6.500 m² em 4 pisos, construído para alojar usos recreativos e culturais que o convertam num foco de atracção do cidadão e animador do espaço litoral. A sua estrutura é de betão e as fachadas são em vidro, apresentando-se como um invólucro transparente onde se circula livremente e se entra em contacto com as distintas actividades alojadas no seu interior.

35. Circula-se no edifício por rampas e escadas. Ao nível da Avenida (pisso 0) circula-se pelos locais comerciais (580 m²) e desce-se ao nível inferior (pisso -1). É neste nível que se prevêem cafés e bares que se podem desenvolver na esplanada da praia. Prevê-se também um espaço de 1.000 m² para uso como discoteca, distribuído em ambos os níveis.

36. O piso +1 considera-se como Espaço Expositivo para uso da cidade, clubes ou de instituições que ocasionalmente o solicitem. Também pode ser útil para exposições industriais, técnicas ou políticas, e para feiras comerciais. Neste andar circula-se livremente, deixando no lado Norte um espaço destinado a um Restaurante exclusivo, partilhado com o piso superior (+2).

37. A maior parte do piso +2 é um grande miradouro a que se chega directamente desde o Parque por uma passerelle elevada. Assim, os que passeiam no Parque entram surpreendentemente em contacto com a visão do mar, em toda a longitude do seu espectáculo. Fazendo *footing*, passeando ou simplesmente deixando-se levar pelos sucessivos aliciantes, a experiência do parque vegetal relaciona-se com o oceano, de modo análogo, ainda que com visões muito distintas, às que com este contacto se produz ao nível do solo.

38. O Edifício “Transparente” constrói-se com os serviços preparados para arrendar ou conceder o uso dos estabelecimentos privados previstos (bares de praia, discotecas, lojas, restaurante) e para utilizar ocasionalmente, consoante a programação, a Sala de Exposições. Supõe, portanto, uma gestão pública integrada, com actividades privadas incorporadas no seu interior. Tal como um mercado, um aeroporto ou um *loft* de escritórios, o edifício é um modelo prototípico de um espaço colectivo.

39. Junto ao Edifício “Transparente” definiu-se a localização de um futuro Auditório ou Centro de Congressos, que ofereça à cidade do Porto uma instalação de nível internacional para congressos, seminários e espectáculos, numa posição privilegiada em frente ao mar. O espaço tem cerca de 6.000 m², o que permite alojar duas salas interdependentes (de 600 e 1.200 lugares), com serviço de cafetaria e restaurante, e salas de reunião anexas. O aproveitamento panorâmico deste edifício é elemento fundamental do seu projecto.



40. O Auditório ou Centro de Congressos relaciona-se directamente com o estabelecimento de um Hotel, localizado do outro lado da Avenida da Boavista. Este Hotel, de umas 300 camas e de volume arquitectónico longitudinal, tem, além da sua própria função de serviço, a de configurar e dar qualidade urbana à Praça Cidade do Salvador, da qual se converterá em elemento protagonista. O Hotel estará ligado ao Centro de Congressos, ao Edifício “Transparente” e à praia por uma passagem inferior, que passa abaixo da Avenida Rio de Janeiro, obra incluída na construção da dita avenida.

CEDOUA

*O texto e as fotografias utilizadas na elaboração deste dossier foram gentilmente cedidos pela Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura.